

**À  
PRESIDÊNCIA**

Excelentíssimo Senhor Desembargador,

Em observância aos requisitos legais expressos no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 a que alude o Parecer nº 638/2022 – ASJUR, documento nº 123779/2022, **AUTORIZO** a contratação direta da pessoa jurídica ABRH – ASSOSSIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS, inscrita no CNPJ 03.862.217/000107, via inexigibilidade de licitação, dada a inviabilidade de competição, objetivando a participação dos servidores **Celso Satoshi Yamaguchi** e **Suely Nery de Paiva**, no curso de capacitação por meio do 19º CONGRESSO AMAZÔNICO DE GENTE E GESTÃO, a ser realizado na modalidade presencial no período de 25 e 26 de agosto, no Centro de Convenção Vasco Vasques, tendo como investimento o valor total de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Dessa forma, dirijo-me a Vossa Excelência para requerer, com fundamento no *caput* do art. 26 do retrocitado diploma legal, a **RATIFICAÇÃO** do referido ato, sendo a despesa irrelevante, em conformidade com o critério estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, combinado com o § 3º do artigo 16 da Lei Complementar n. 101/2000 (lei de responsabilidade fiscal), e ainda, atrelado à Portaria TRE/AM n. 906/2008, é dispensável, em observância ao princípio da economicidade, a publicação na imprensa oficial, bem como a declaração do ordenador quanto à adequação orçamentária e financeira da despesa a ser realizada, como bem salientou a ASJUR em seu parecer.

Manaus/AM, 23 de agosto de 2022.

**MELISSA LAVAREDA RAMOS NOGUEIRA**  
Diretora-Geral